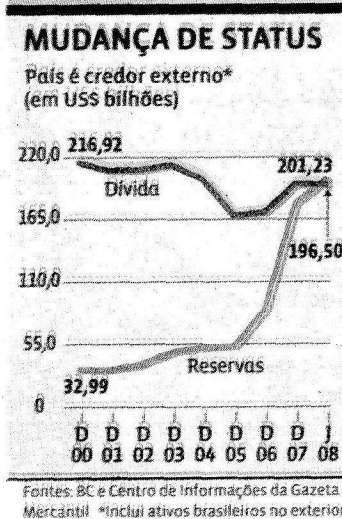


Brasil torna-se credor externo pela primeira vez na história

Reservas do País em janeiro devem ter superado a dívida em cerca de US\$ 4 bilhões

VIVIANE MONTEIRO
BRASÍLIA

O Banco Central acredita que o Brasil deve passar a ser credor externo líquido, pela primeira vez na história econômica do País, porque a dívida externa líquida deve ter ficado negativa em mais de US\$ 4 bilhões em janeiro, conforme consta do relatório Indicadores de Sustentabilidade Externa do Brasil - Evolução Recente, divulgado ontem pela autoridade monetária. O juro praticado nas operações de crédito tende a ficar mais baixo por conta do menor custo que o Tesouro Nacional terá para a venda de títulos da dívida pública. O governo comemora o resultado.



O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a passagem do Brasil de devedor para credor reforça a possibilidade de o País receber grau de investimento, o chamado Investment Grade. Para ele, o resultado deixa o País

mais resistente a crises externas.

Em nota, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, enfatiza que a melhora significa que "o Brasil está superando gradativamente um longo período caracterizado por vulnerabilidade e crises, causadas principalmente pela dificuldade em honrar o passivo externo do País".

"Este feito é o resultado direto da implementação nos últimos anos de políticas macroeconômicas responsáveis e consistentes, baseadas no tripé responsabilidade fiscal, câmbio flutuante metas para a inflação", disse. "Este tripé tem assegurado uma melhora gradativa dos nossos fundamentos fiscais e externos, o que aumenta a resistência da economia a choques adversos", sublinha.

O Brasil passa a ser credor em razão do forte acúmulo de reservas que cresceram 110% entre 2006 e 2007, saindo de US\$ 85,8 bilhões

para US\$ 180,3 bilhões. E pela significativa redução da dívida externa total líquida, que abrange o governo e setor privado, cujo estoque caiu de US\$ 165,2 bilhões no fim de 2003, para US\$ 4,3 bilhões, previstos para 2007. Mantega afirmou que as reservas brasileiras atingiram US\$ 188,5 bilhões (em janeiro) e a dívida total soma US\$ 184 bilhões, dos quais US\$ 68 bilhões sob a responsabilidade do governo.

Segundo o Banco Central, os fluxos recebidos pelo País nos últimos anos são provenientes das exportações, investimentos diretos, mercado de capitais, dívida pública e empréstimos diretos. O Banco Central divulgará o resultado oficial da dívida externa total no dia 27 deste mês.

Para o economista Raul Velloso, especialista em consta públicas, o resultado mostra a grande melhora da credibilidade financeira do País, pois ele passa a ter capacidade suficiente para liquidar o vermelho diante do elevado volume de reservas.

Caso se considere apenas a dívida pública, excluindo a do setor privado, o Brasil passou a ser credor desde julho de 2006, ocasião em que o endividamento bateu em US\$ 64,8 bilhões e as reservas em US\$ 66,8 bilhões. Em janeiro deste ano a dívida bruta sob a responsabilidade do Tesouro Nacional atingiu US\$ 61 bilhões.

Não é interessante o Brasil quitar a dívida, diz o gerente-adjunto de relacionamento institucional do Tesouro Nacional, André Proite, pois o pagamento não pode ser olhado de forma isolada, já que a dívida é um indicador usado para balizar o risco de um país. Velloso concorda e diz que o mais importante é que o Brasil possui hoje condições para saldar o débito.

Dívida pública cai 1,68% em janeiro de 2008

VIVIANE MONTEIRO | BRASÍLIA

A dívida pública federal atingiu R\$ 1,311 trilhão em janeiro, o que representou uma queda de 1,68%, o equivalente a R\$ 22,4 bilhões em relação a dezembro. De acordo com dados do Tesouro Nacional, divulgados ontem, a redução ocorreu por conta da diferença entre o resgate líquido de R\$ 36,2 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 13,8 bilhões.

Já a dívida pública mobiliária federal interna, que representa 91,81% da dívida total do governo, caiu 1,71%, atingindo R\$ 1,2 trilhão em janeiro. O resultado, segundo o Tesouro Nacional, decorre da apropriação de juros de R\$ 13,4 bilhões, compensada pelo resgate líquido de R\$ 34,3 bilhões.

Com relação ao estoque da dívida pública federal externa, que responde por 8,19% do total de endividamento, houve queda de 1,38% para R\$ 107,4 bilhões. O recuo, afirmou o coordenador-geral de Ope-

rações da Dívida Pública do órgão, Guilherme Villela Pedras, ocorreu por conta da valorização do real.

Nos últimos anos, o Tesouro Nacional vem trabalhando com o objetivo de melhorar a composição do estoque da dívida pública. Ou seja, ampliando a participação de título prefixados e indexados a índices de preços, que oferecem maior garantia por oscilarem menos que o câmbio, por exemplo. Isso faz com que os prazos de vencimentos sejam alongados.

A parcela de títulos com remuneração pré-fixada na dívida pública mobiliária federal interna caiu de 37,31% em dezembro para 34,92% no mês seguinte. A queda ocorreu pelo resgate líquido de R\$ 40,9 bilhões desses papéis, fator normal para o período porque os vencimentos se concentram no primeiro mês de cada trimestre. Já a proporção da dívida indexada à Selic, subiu de 33,39% para 34,77% no mesmo período, levando em conta também os contratos de swap cambial.